



O papel da certificação FSC e do manejo florestal na conservação das Paisagens Florestais Intactas (PFIs) na Amazônia brasileira

Marco Lentini, WWF Brazil
Edson Vidal, Lastrop/USP
Leonardo Sobral, Imaflora
Isabel Drigo, Imaflora

Em um momento da história no qual a perda de espécies e habitats se encontra em um patamar particularmente elevado, a manutenção das Paisagens Florestais Intactas é fundamental pela excepcional contribuição destas florestas na proteção de mananciais, da biodiversidade, dos estoques de carbono florestais e dos demais serviços ecossistêmicos que justificam medidas especiais voltadas a sua conservação. As PFIs ainda cobrem mais de 20% do planeta, sendo que mais de 60% da área destas florestas está em 3 países, incluindo o Brasil.

Em 2014, durante a Assembleia Geral do FSC® (Forest Stewardship Council) (sigla de Conselho de Manejo Florestal), a aprovação da **Moção 65** tornou oficial a necessidade de internalização das preocupações relativas à conservação das PFIs dentro do sistema de certificação florestal. Entretanto, desde então, a maior parte dos países não foi capaz de adaptar o padrão de certificação florestal às necessidades previstas nesta moção, assim como os principais países detentores de PFIs (como Rússia, Brasil, Canadá e Bacia do Congo) não concluíram seus processos de discussão. Em função disso, o FSC publicou a Nota de Aconselhamento 65 (do inglês, Advice Note 65), que permite que as operações florestais certificadas sejam executadas em áreas de PFIs apenas nos casos nos quais não haja um impacto maior em 20% da área total de PFIs e de que nenhuma PFI seja reduzida para menos de 500 km². Ou seja, a nota exige que 80% das PFIs sejam protegidas da extração florestal, uma medida que pode trazer grande impacto operacional ou mesmo a eventual paralisação das operações em alguns empreendimentos certificados, ou ainda não permitir o avanço do manejo florestal responsável.

Um novo momento crítico desta discussão ocorrerá em outubro de 2017 na próxima Assembleia Geral do FSC, na qual uma resposta, mesmo que parcial precisa ser dada a esta questão.

Com a intenção de contribuir para uma discussão qualificada sobre a conciliação da conservação das PFIs e do manejo florestal responsável nos trópicos, trazemos, neste artigo, algumas questões que julgamos pertinentes em relação aos aspectos técnicos ao redor do tema na Amazônia brasileira. Esperamos que estas recomendações possam trazer maior participação dos diferentes atores envolvidos com o tema PFI ao redor do sistema de certificação FSC no Brasil, mas que também possam inspirar a troca de experiências e de lições aprendidas com os demais países envolvidos nesta discussão.

As PFIs no mundo e as áreas protegidas da Amazônia brasileira

As Paisagens Florestais Intactas (PFIs) são grandes blocos de remanescentes florestais e outros ecossistemas naturais que se encontram ainda preservados pela ação antrópica – como a construção de rodovias e desenvolvimento de outras atividades econômicas. Pela definição global, as PFIs precisam ter uma



área mínima de 50 mil hectares e uma largura mínima de 10 km¹. Ou seja, uma das premissas das PFIs é que um fragmento florestal com estas dimensões deve ser capaz de manter a biodiversidade nativa associada a este ecossistema, provendo uma base segura para manutenção de suas espécies. Entretanto, outra razão para sua manutenção é que as PFIs concentram atributos e exercem funções importantes – como proteção de mananciais, da biodiversidade, dos estoques de carbono florestais – que justificam medidas especiais voltadas a sua conservação.

Estima-se que as PFIs cubram algo por volta de 1/5 do planeta, embora mais de 60% da área de PFIs se localize em 3 países - Canadá, Rússia e Brasil². Isto representa uma grande oportunidade de utilizar estas florestas dentro de um planejamento de paisagem mais robusto voltado a conservação da biodiversidade. Entretanto, globalmente, apenas 35% da área de PFIs está inserida em alguma categoria de áreas protegidas apresentada pela IUCN³, o que representa 8,7% do total da extensão florestal global.

Uma notícia relativamente boa é que a Amazônia brasileira, que concentra a maioria das áreas de PFIs no Brasil, contém uma das menores taxas históricas de perdas destas florestas no mundo, por razões que veremos a seguir.

Segundo dados do IMAFLORA, em 2000, a Amazônia Brasileira continha aproximadamente 246 milhões de hectares de Paisagens Florestais Intactas. Essa área teve uma redução de apenas 6% (15 milhões de hectares) ao longo dos 13 anos subsequentes, totalizando 231 milhões de hectares em 2013. O estado que mais perdeu PFIs nesse período foi o Pará, com redução de aproximadamente 6 milhões de hectares, seguido pelo Mato Grosso, com 3 milhões de hectares, e Rondônia, com 1,5 milhão de hectares. Tais perdas acompanham as taxas históricas de desmatamento da Amazônia⁴. Ou seja, se de fato é o desmatamento associado ao uso da terra a principal causa de perda das PFIs na Amazônia brasileira, os principais fatores associados a estas perdas são a expansão da atividade pecuária, a agricultura para a produção de commodities, a grilagem de terras e a especulação imobiliária.

A maior parte da perda de PFIs identificada pelo IMAFLORA entre 2000 e 2013 está associada a propriedades privadas. De fato, neste mesmo período, cerca de 23% destas perdas estavam em tais áreas, seguido por 17% de perdas em áreas não destinadas, cujas causas estão, segundo evidências, frequentemente ligadas a grilagem.

Outro fato interessante do estudo conduzido pelo IMAFLORA é que, em 2013, aproximadamente 70% das PFIs estavam em áreas públicas protegidas, como Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Ou seja, este fato nos leva a crer que a melhor estratégia para a conservação das PFIs é encontrar mecanismos para que estas áreas sejam efetivamente protegidas, ou seja, que o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)** seja implementado em sua plenitude – considerando questões como a efetividade de gestão e consolidação destas unidades, o desenvolvimento das atividades econômicas compatíveis com as comunidades tradicionais e indígenas residentes nestas áreas, e os mecanismos financeiros para o custeio das unidades.

¹ Fonte: <http://www.intactforests.org/>

² Fonte: dados de intactforests.org, compilação realizada pelo IMAFLORA.

³ Heino, M. et al. (2015).

⁴ Dados oficiais de desmatamento da Amazônia do projeto PRODES. Compilação realizada pelo IMAFLORA.



Em 2017, o IMAZON lançou uma nova estimativa independente do desmatamento na Amazônia brasileira, com base no sistema SAD⁵. As conclusões deste estudo são de que, apesar das boas notícias associadas a uma queda geral no desmatamento da Amazônia em 21% em relação ao ano anterior, o desmatamento dentro das Unidades de Conservação tem aumentado também na ordem de 20% desde o período anterior. Esta é a real ameaça, em números absolutos, à conservação dos PFIs da Amazônia brasileira.

É possível conciliar a conservação das PFIs com a pauta social e econômica?

Como exposto acima, implementar e consolidar um sistema nacional, sistemas estaduais de unidades de conservação e as Terras Indígenas é uma medida chave para efetivamente proteger as PFIs. Uma segunda medida fundamental, é avançar na destinação das áreas públicas, já que 17% da perda de PFIs entre 2000-2013 ocorreu nestas áreas. Em seguida, é importante avançar no aprimoramento das práticas utilizadas nos diferentes usos da terra presentes nestas e nas áreas privadas com vistas à conservação das PFIs. Entre os usos potenciais, o manejo responsável de florestas certificado para a produção de bens e serviços se destaca.

Segundo o posicionamento da rede WWF lançado em 2017, a respeito de recomendações para o manejo florestal em PFIs em um contexto mundial⁶:

“Além das áreas legalmente protegidas e conservadas por comunidades tradicionais, o WWF acredita que o manejo florestal responsável, incluindo o gerenciamento comercial, é uma ferramenta crítica e econômica em estratégias de conservação em larga escala que podem ajudar a manter as florestas em pé e ajudar a manter sua integridade ecológica. Se considerarmos a sobreposição de PFIs com alocações existentes para a produção florestal, a certificação florestal pode ser uma ferramenta crucial para gerenciar impactos a longo prazo nessas áreas, a biodiversidade que as mesmas contêm e as pessoas que dependem delas. Para o WWF, o FSC é atualmente o sistema de certificação mais confiável disponível, e é o único sistema de certificação que tenta integrar os valores das PFIs em práticas de manejo adaptadas⁷”.

“Grandes ganhos foram feitos para proteger e gerenciar adequadamente as florestas como resultado dos compromissos advindos da certificação FSC, e esses ganhos devem ser considerados conjuntamente ao valor das PFIs à medida que buscamos uma solução que ofereça benefícios líquidos à conservação, avaliados na escala de paisagem, em vez de isoladamente, para áreas particulares. O manejo florestal, motivado por um interesse comercial no abastecimento de madeira, tem um papel fundamental na manutenção do capital natural do planeta e na proteção das florestas vulneráveis a exploração madeireira ilegal e irresponsável, invasão e conversão para terras agrícolas particulares uma vez que a demanda por madeira dessas florestas é projetada com um forte crescimento nos próximos anos”.

Segundo dados do Imaflora (Imaflora, 2017), atualmente, existem 12 certificados FSC de manejo florestal madeireiro no Brasil, totalizando uma área de aproximadamente 1,4 milhão de hectares. Desse total, 94% são

⁵ Ver dados do SAD na página do Imazon: <http://imazon.org.br/?s=sad>.

⁶ “The role of responsible forest management in intact forest landscapes”. WWF. Disponível em http://wwf.panda.org/about_our_earth/deforestation/forest_sector_transformation/forest_certification/

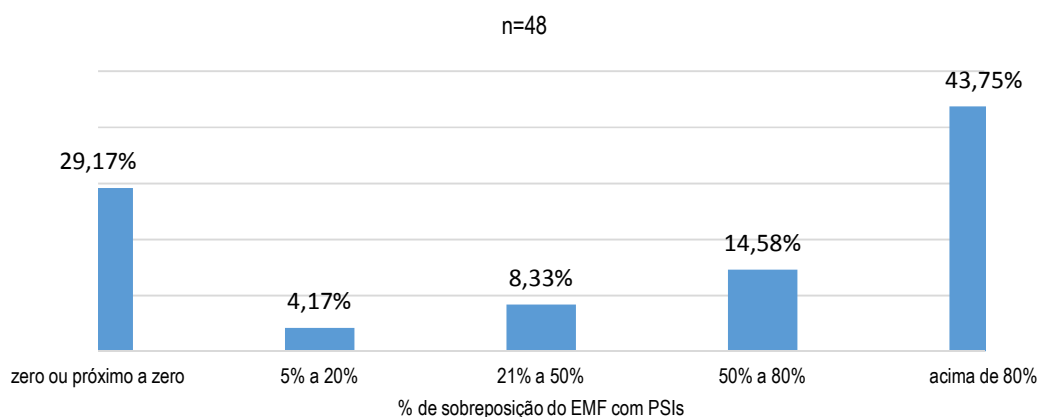
⁷ “While other certification schemes are not taking action on adaptive IFL management, there is clear recognition within FSC and among its members that if the present status quo continues in these regions, IFLs will continue to be compromised by unsustainable logging”. Extracted from “The role of responsible forest management in intact forest landscapes”. WWF. p. 3.



operações florestais conduzidas por empresas e 6% correspondem ao manejo florestal realizado por comunidades tradicionais. Entre o manejo madeireiro empresarial, 10% estão em áreas de concessão de florestas públicas federais e estaduais, totalizando um total de 246,5 mil hectares. Se considerarmos o potencial de certificação das florestas públicas, são passíveis de concessão aproximadamente 2,3 milhões de hectares de florestas federais e 432,5 mil hectares de florestas estaduais (Estado do Pará), totalizando algo próximo de 2,8 milhões de hectares.

O Imaflora analisou 48 Empreendimentos de Manejo Florestal (EMFs) de diferentes tamanhos que estavam certificadas pelo FSC ou em algum estágio de processo de certificação. A Figura 1 mostra que em quase 42% (20) destes EMFs, existia uma grande cobertura de PFIs (ano base de 2013) nestas áreas, em uma proporção igual ou superior a 80% do total do empreendimento. Se considerarmos a recomendação de proteção de 80% das áreas com atividades de manejo florestal conforme recomendado pelo **Advice Note 65**, de fato, isto poderia inviabilizar a certificação florestal em tais empreendimentos. O percentual médio de cobertura dos EMFs por PFIs segundo os dados deste estudo é de **62%**.

Figura 1. Classes de sobreposição existentes entre a existência de Paisagens Florestais Intactas (PFIs) nos Empreendimentos de Manejo Florestal certificados ou em processo de certificação na Amazônia brasileira, 2013. Fonte: compilação realizada pelo WWF Brazil a partir dos dados do IMAFLORA, 2017.



O estudo do IMAFLORA chega a conclusões semelhantes após uma cautelosa análise destes dados: *“observa-se que, enquanto há EMFs que não possuem PFIs em seu interior e, portanto, não serão impactadas, a maioria terá reduções drásticas em sua área manejável. Nos 20% passíveis de exploração não estão considerados parâmetros locais da floresta, como qualidade da área, APPs e áreas inacessíveis. Assim, essa área manejável pode ser reduzida ainda mais quando inserida as limitações físicas e características locais identificadas em atividades como delimitação e inventário 100%. Essa grande redução na área manejada de empreendimentos certificados ou em processo de certificação FSC irá inviabilizar financeiramente o manejo florestal. A tendência será uma migração de empresas madeireiras da Amazônia para sistemas de certificação florestal menos exigentes ou a desistência completa da certificação”*

Nos próximos passos, com base nos argumentos e dados apresentados anteriormente, traremos à luz da experiência brasileira em conservação, nossas recomendações para o manejo de PFIs na Amazônia brasileira.



PASSO 1: planejar e engajar os atores locais a nível de paisagem

Desde a elaboração da Moção 65, entende-se que o tema de PFIs se desdobra e se origina a partir de um debate anterior a respeito da existência de proteção dos Altos Valores de Conservação HCVs⁸ nos empreendimentos certificados pelo FSC, em especial aos valores relacionados na escala de paisagens, tecnicamente definidos como Alto Valor de Conservação da categoria 2 (HCV 2⁹). A maior preocupação é conservar estas paisagens dos impactos das ações antrópicas industriais e de alto impacto, mantendo suas características ecológicas e seu tamanho mínimo significativo.

Considerando estes valores e esta necessidade, o planejamento de conservação dos PFIs conforme intenção da Moção 65 deve se iniciar em uma escala muito mais ampla da paisagem do que o empreendimento de manejo florestal. De fato, o que pode ser feito na escala do empreendimento de manejo florestal é complementar um esforço que precisa ser iniciado no planejamento das paisagens sustentáveis, ou seja, é preciso um investimento prévio de engajamento dos atores locais e dos governos. Conforme apresentamos anteriormente, elementos mínimos neste tipo de planejamento incluiriam:

1. Um levantamento sobre quais as principais porções da paisagem, PFIs ou não, que possuem atributos ecológicos relevantes, ou que possam ser classificadas, de fato, como HCV2¹⁰. No Brasil, existem diferentes estudos específicos a respeito de **áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade**¹¹, realizados com metodologias técnicas rígidas e ampla consulta a especialistas, que servem a esta finalidade.
2. Em cada uma das paisagens relevantes para os fins de conservação destes HCVs, realizar um levantamento a respeito das lacunas de conservação. Em suma, determinar, em discussões com especialistas no tema, se os diferentes atributos existentes em uma determinada paisagem estão já suficientemente protegidos em um sistema representativo de unidades de conservação, por exemplo. Este seria um excelente termômetro para entender, *a priori*, antes de chegar no empreendimento de manejo florestal, qual o passivo de conservação destes atributos nesta dada região.
3. Conforme já discutimos anteriormente, tecer um plano para garantir a consolidação e a manutenção deste sistema de áreas protegidas local, ou para expandi-lo, no caso de ecossistemas sub-representados em uma dada paisagem.

Esta estratégia mais ampla tem mais chances de garantir a conservação das PFIs na Amazônia brasileira, e certamente garantir a conservação das PFIs mais relevantes em si para a conservação da biodiversidade, seja por sua excepcional importância biológica e/ou mesmo cultural, seja por conterem atributos ainda pouco protegidos em uma dada região.

⁸ High conservation value forests. See <https://www.hcvnetwork.org/>.

⁹ Defined as "landscape-level ecosystems and mosaics. Intact forest landscapes and large landscape-level ecosystems and ecosystem mosaics that are significant at global, regional or national levels, and that contain viable populations of the great majority of the naturally occurring species in natural patterns of distribution and abundance". See <https://www.hcvnetwork.org/about-hcvf/what-are-high-conservation-value-forests>.

¹⁰ "It also should be recognized that IFLs do not always overlap with other HCVs. For instance, in some countries, IFLs are largely contained to difficult mountainous terrain, while the highest levels of biodiversity and habitats of conservation priority species are found in more fragmented lowland forests. WWF has observed cases when logging has already been conducted in the most biologically productive portions of IFL, while untouched areas are species-poor and have few clear HCV besides intactness". Extracted from "The role of responsible forest management in intact forest landscapes". WWF. p. 6.

¹¹ See <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiversidade/projeto-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-e-utiliza%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel-da-diversidade-biol%C3%B3gica-brasileira-probio-i/%C3%A1reas-priorit%C3%A1rias>.



O mesmo princípio se aplica, por exemplo, na destinação de uma dada área pública para diferentes atividades, incluindo o manejo florestal. Por definição, unidades de conservação destinadas ao uso sustentável, como florestas nacionais e reservas extrativistas, podem ser destinadas a uma ampla gama de usos, o que inclui o manejo florestal empresarial ou comunitário. Geralmente, um percentual relativamente pequeno destas áreas acaba sendo destinado ao manejo florestal para a produção madeireira. Por exemplo, em paisagens nas quais hajam ecossistemas sub representados o papel do zoneamento das unidades de conservação de uso sustentável em destinar uma proporção relativamente maior a preservação biológica pode ser considerado.

O ponto relevante para a proposta deste artigo é o relacionamento desta discussão com os empreendimentos certificados pelo FSC. Não é, de um ponto de vista pragmático, esperado que o empreendedor florestal tenha um papel relevante na destinação das áreas para diferentes usos na paisagem na qual está inserido. Ser quer que tenha também um papel de liderança na formalização da proteção dos PFIs sub-representados nesta dada paisagem. O mesmo é válido para o organismo de certificação florestal, que teria um conhecimento excepcional do zoneamento de dada paisagem antes de ser capaz de avaliar corretamente as medidas de proteção existentes em um empreendimento. Uma solução institucional pode ser, através de esferas de governança do FSC Brasil, a criação de um **comitê técnico-científico** responsável por desenvolver uma recomendação nacional para medidas de proteção e de engajamento local em direção a conservação de PFIs, a exemplo com o que tem sido historicamente feito na certificação de florestas plantadas no tema de derrogação de produtos químicos, por exemplo. Isto permitiria uma participação mais ampla, o engajamento dos principais atores relevantes, e uma geração de regras mais claras para serem aplicadas localmente pelos empreendedores e pelos auditores de certificação florestal.

PASSO 2: aprimorar o planejamento da exploração florestal e da proteção dos PFIs para o empreendimento

Conforme discutido anteriormente, a aplicação do **Advice Note 65** de maneira literal pode comprometer a viabilidade econômica dos atuais empreendimentos certificados e/ou o desenvolvimento futuro de empreendimentos florestais interessados na certificação FSC. Deste modo, acredita-se que as atuais recomendações de proteção dos PFIs na escala do empreendimento, como a preservação de 80% destas áreas, serão medidas que tornarão impossível a continuidade da certificação FSC nestas áreas.

De fato, propomos uma continuidade das operações florestais manejadas em áreas de PFIs na Amazônia brasileira com diferentes medidas de precaução, descritas nas próximas seções deste documento ainda sem uma conexão direta com os atributos ecológicos específicos que deveriam ser protegidos. Também é particularmente importante que sistemas de monitoramento eficientes e robustos, em especial em relação aos impactos atuais e potenciais dentro dos PFIs, continuem a ser incentivados e cobrados para que a eficácia das medidas propostas seja avaliada a longo prazo.

Na escala do empreendimento florestal, em especial nas áreas de PFIs, são medidas particularmente importantes, que recomendamos fortemente serem consideradas nos próximos passos do desenvolvimento do padrão de certificação para o manejo de florestas naturais na Amazônia brasileira:



- 1) Um cuidado especial em relação ao planejamento do manejo florestal. Isto se dá em duas fases. Primeiro, em uma ação de zoneamento da propriedade conhecida como **macroplanejamento**¹², é especialmente importante a priorização em direção ao menor impacto possível nos PFIs, em relação à seleção de áreas nas quais será realizado o manejo florestal, das áreas que não serão exploradas (na forma de reservas absolutas, por exemplo), assim como o planejamento de infraestruturas. Para que esta ação seja bem sucedida, seria excepcionalmente importante que o empreendimento mantivesse uma base de dados mais ampla e mais acurada da paisagem no seu entorno em comparação às bases geográficas que tradicionalmente são utilizadas quando o objeto é apenas a condução da exploração florestal. Isto incluiria possivelmente também a rede de áreas de conservação desta paisagem, de modo a possibilitar esforços de formação de grandes corredores (ver abaixo). É fundamental que o comitê de desenvolvimento de padrões do FSC Brasil considere estas questões nas discussões em andamento.
- 2) A segunda fase do planejamento é realizada no nível das áreas específicas que serão exploradas em um ano, sendo por esta razão chamada de **microplanejamento**. É nesta fase que os recursos florestais pontuais passíveis de exploração e de proteção nesta área de colheita anual são levantados sistematicamente, através do inventário florestal. Costumava ser também nesta fase que uma equipe de campo realizava um cauteloso levantamento das áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água existentes, rotina esta gradualmente substituída pelo uso de tecnologia remota. No contexto dos PFIs, as rotinas de microplanejamento merecem novamente especial atenção, assim como a qualificação e o treinamento das equipes responsáveis por este trabalho.
- 3) Alocar a reserva absoluta (5% no caso do atual padrão de certificação FSC para florestas naturais na Amazônia) da maneira mais eficiente possível, não apenas de modo a representar as florestas que são passíveis de exploração para fins de comparação futura, como é a intenção original da criação destas áreas, mas também adequando-as a questões como aumentar a conectividade de eventuais áreas de reservas e de áreas de preservação permanente no contexto da **rede de áreas de conservação** do empreendimento. **Considerando-se a paisagem, o macroplanejamento da exploração** pode realizar a tentativa de conectar não apenas as reservas dentro do empreendimento, mas também a áreas externas, como unidades de conservação, terras indígenas e até mesmo outras reservas em áreas privadas.
- 4) Iniciando-se no macroplanejamento, especial atenção deve ser dada à questão da **alocação das infraestruturas permanentes de exploração florestal** no EMF. Uma premissa é evitar a alocação de estradas que deem acesso ao interior da área de manejo em caráter permanente que cruzem as PFIs. No caso de estradas de acesso principais, nem sempre esta recomendação acaba sendo possível de se seguir na prática, uma vez que muitas áreas já são adquiridas para a exploração com esta infraestrutura alocada. Porém, é possível a realização de um planejamento que evite que uma segunda categoria de estradas, como as estradas de acesso, cruzem o mínimo possível as PFIs, reservando para o interior das mesmas apenas estradas secundárias que sejam obrigatoriamente fechadas após o período de exploração. Esta medida, assim como a eleição dos eventuais pontos de cruzamento de estradas de amplo acesso com os PFIs como prioritários nas rotinas internas do EMF

¹² O macroplanejamento é importante para revelar onde estarão as UPAs, quais as áreas que serão conservadas, e onde serão construídas as estradas e infraestruturas necessárias para retirar os produtos da floresta. Algumas rotinas básicas do macroplanejamento podem incluir a seleção das áreas aptas ao manejo florestal, a quantificação do potencial da floresta para o manejo, a avaliação da viabilidade econômica do empreendimento, o dimensionamento e definição das áreas das unidades de produção anual, a definição e dimensionamento das infraestruturas, a quantificação e definição da necessidade de recursos humanos, entre outras.



de monitoramento dos impactos da exploração, são fundamentais para evitar a degradação destas áreas no longo prazo.

Se tomarmos como premissa que pode ser proibitivo restringir a exploração dos PFIs na Amazônia brasileira a um nível como recomendado como fora dos 80% das áreas, maiores investimentos em planejamento são fundamentais para a manutenção dos valores ambientais associados a estas áreas no longo prazo. Em seguida, sugerimos que, ao invés de uma zona núcleo, a proteção efetiva de uma porção dos PFIs seja feita por de empreendimento através da **rede de áreas de conservação**. Na prática, esta rede poderia ser composta pelas Áreas de Preservação Permanente (APPs) ao longo das zonas ripárias das unidades de manejo, da reserva absoluta (atualmente, 5% da área do empreendimento) e por áreas de proteção adicionais, se necessário, de modo a compor um percentual mínimo de proteção. Neste momento, **advogamos para que este percentual mínimo seja da ordem de 30%**, por constituir um bom ponto intermediário entre as práticas já adotadas pelos EMFs certificados pelo FSC na Amazônia e um interesse maior de proteção dos PFIs. Esta ideia ainda merece uma discussão mais aprofundada com o comitê de desenvolvimento de padrões e demais interessados no sistema FSC para assegurar sua viabilidade e potencial adesão.

PASSO 3: aprimorar a execução e o monitoramento da exploração e minimizar os impactos decorrentes da mesma

Uma primeira ponderação importante neste quesito se refere a **necessidade de zelar pela evolução e pelo aprimoramento contínuo das diretrizes de manejo florestal com exploração de impacto reduzido conforme avanços técnicos e científicos são revelados**. Este, de fato, pela experiência dos autores, constitui a principal recomendação de proteção dos PFIs fora das Unidades de Conservação destinadas para este fim. Entretanto, vários fatos têm ido na contramão desta recomendação. Ao longo das últimas décadas, temos observado um definhamento não apenas da estrutura oficial voltada à assistência técnica rural e florestal, mas assim como aos poucos centros de excelência na difusão práticas do manejo florestal. Destaca-se, nesta última categoria, o **Instituto Floresta Tropical (IFT)**¹³, que ao longo dos últimos anos vem encontrando problemas de sustentabilidade financeira devido à diminuição do interesse público e privado na aplicação do manejo florestal de alta qualidade técnica.

Segundo, assegurar, a partir das **redes de áreas de conservação** criadas nos EMFs certificados pelo FSC, que advogamos anteriormente que cubram ao menos 30% dos PFIs nas suas regiões de ocorrência, que sejam empregados procedimentos robustos tanto em sua proteção (fechamento de estradas, controle de caça e pesca, etc.), como em seu monitoramento, permitindo um acompanhamento de longo prazo do desenvolvimento destas áreas em comparação as porções de PFIs exploradas. A formação de um **comitê técnico-científico, citado anteriormente**, poderia em muito apoiar os esforços a diretrizes mínimas deste monitoramento e proteção nas diferentes regiões de aplicação destes princípios.

Uma terceira medida é adaptar os padrões locais de exploração, mesmo que dentro de bons princípios de manejo florestal, dentro dos PFIs, de modo a evitar possíveis impactos negativos sobre estas áreas. Conforme discutimos anteriormente, a primeira recomendação que se destaca neste quesito é a locação e a frequência de uso das estradas de exploração. Outras infraestruturas podem seguir uma lógica semelhante. Por exemplo, dependendo das condições logísticas locais, não seria impossível sugerir que a área de pátios

¹³ Ver <http://ift.org.br/>.



de exploração pudesse ser minimizada em função de carregamentos de toras mais próximos da época de arraste, por exemplo, dentro dos PFIs. Isto poderia afetar uma área menor de PFIs impactados pela exploração.

Uma outra medida que parece fazer bastante sentido para a exploração de PFIs é facilitar ao máximo possível a recuperação da floresta após a exploração. Isto seria possível ao se avaliar cautelosamente a intensidade de exploração dentro destas áreas, mas principalmente elegendo algumas medidas como, por exemplo, o **estabelecimento de um diâmetro máximo de corte na exploração**. Alguns dados experimentais coletados na Amazônia ocidental e analisados preliminarmente pelo LASTROP/ESALQ têm demonstrado que limitar o diâmetro máximo para 200 cm poderia preservar em grande proporção o dossel da floresta e acelerar em muito o ciclo de corte (ao menos o retorno de um patamar diamétrico que permitisse esta possibilidade). Embora esta medida não seja aplicável em todos os casos, deveria ao menos considerada com seriedade pelo EMF.

Outra medida visando manter a diversidade das espécies manejadas nas PFIs, para aquelas que já foram comprovadas com uma baixa recuperação volumétrica (como é o caso do *Handroathus impetiginosus*¹⁴), devido ao baixo crescimento, seria recomendar tratamentos silviculturais pós-colheita com plantios de enriquecimento. Isto já é exigido para o manejo de espécies como o mogno brasileiro, ou *Swietenia macrophylla*. Outra medida interessante é permitir, nos casos dessas espécies que apresentam baixo crescimento, apenas a colheita da volumetria recuperada em dado período de tempo. Assim, não seria reduzida a população dessa espécie nos ciclos de corte subsequentes.

Considerações finais e continuidade do debate sobre o assunto

Este artigo apresenta algumas recomendações de ordem prática que podem conciliar o manejo florestal certificado pelo FSC com a proteção dos PFIs existentes na Amazônia brasileira.

As discussões acerca das Paisagens Florestais Intactas (PFIs) trazem à tona uma nova oportunidade de discussão sobre a proteção das principais florestas naturais do planeta e das medidas necessárias para a preservação de seus valores – tanto em termos ecológicos como socioculturais.

Para regiões como a Amazônia brasileira, garantir a efetiva proteção e consolidação do sistema de Unidades de Conservação e Terras Indígenas é o melhor que pode ser feito para garantir a preservação dos PFIs. Sem medidas eficazes neste sentido, os principais fatores da perda destas áreas, como a expansão da agricultura e a pecuária, continuarão a extinguir as PFIs. Como citado, no período de pouco mais de uma década, entre 2000-2013, cerca de 6% dos PFIs da Amazônia brasileira deixaram de existir.

Partindo da escala da paisagem e do planejamento público para a escala dos empreendimentos individuais, em termos de manejo e proteção dos PFIs, o FSC é o mecanismo de manejo florestal mais robusto do planeta e se encontra, completamente preparado para abraçar o tema.

14 Schulze M, Grogan J, Uhl C, et al. (2008). "Evaluating ipê (*Tabebuia*, Bignoniaceae) logging in Amazonia: Sustainable management or catalyst for forest degradation?". *Biol Conservation*. **141**: 2071–2085.



Acreditamos que estas recomendações podem tornar possíveis tanto a proteção dos PFIs de uma maneira eficaz como manter o interesse dos empreendedores florestais em certificar ou manter suas áreas certificadas na Amazônia brasileira sem perda de competitividade.

Admite-se que compatibilizar ambos os objetivos na mesma solução constituem, tanto para o caso da Amazônia brasileira como de outras regiões detentoras de grandes florestas de PFIs, um exercício intenso de negociação de interesses.

No momento em que esse posicionamento foi elaborado, já estava em discussão um pequeno número de propostas de Moções a respeito deste tema para serem levadas para a Assembleia Geral do FSC em outubro de 2017. A maior parte delas retratava justamente a necessidade de avaliar os impactos de implantação dos PFIs nos sistemas de certificação dos principais países, princípio este que endossamos fortemente neste momento. Em especial, é necessário que este tema a partir de agora traga mais coesão e maior engajamento de diferentes atores, espírito este que esperamos que se origine a partir desta discussão.